

Congresso

OLIVEIROS S. FERREIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

O trabalho de Hércules

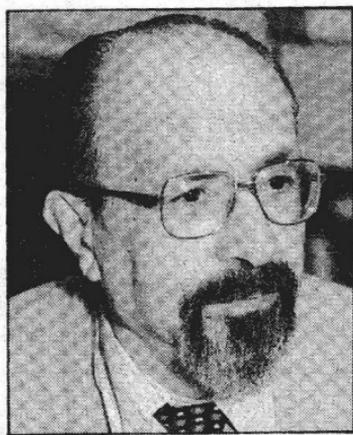
A crise que atinge o Congresso é apenas um dos sintomas da crise geral que sacode o País. Sintoma sério, porque não se trata apenas de encontrar as pistas que conduzam às provas que levem à cassação de alguns mandatos e ao indiciamento criminal de alguns, mas de reformular — como disse o deputado Roberto Magalhães — o sistema de poder existente no Congresso. O relator da CPI não disse, mas poderia ter dito que um dos primeiros passos para isso seria acabar com a figura do voto de liderança e com os poderes detidos pelos líderes, que por assim dizer exercitam sozinhos a representação popular. A rigor, esse sistema existe porque, como é voz corrente nos plenários e nos anexos do Congresso, cada deputado e senador é líder de si próprio, julga-se com direito de dissentir de seu partido e estabelece seu “inferninho” particular, no qual o Executivo (da crise dele se poderá falar depois, e muito) deve entrar e ser chamuscado se quiser ver aprovadas algumas medidas. Esse sistema infernal, a bem dizer as coisas, vigora apenas em termos na medida em que o Executivo, depois de muito apañar, descobriu que pode perfeitamente bem viver sem o Congresso e sem ter de descer aos infernos para demonstrar que faz alguma coisa. As Medidas Provisórias previstas pela Constituição são o confessionário de que se serve o Planalto para obter absolvição: o Planalto quer alguma coisa, faz a MP, envia-a ao Congresso, que não se reúne e não a vota, e o Executivo reedita a MP com pequenas alterações e se vai empurrando tudo com a barriga. Todos sabem que as coisas se passam assim. Nos problemas mais sérios, nos quais o Executivo diz ter interesse, mas não quer tomar partido, faz-se um projeto de lei ou se deixam andar no ritmo normal os projetos já existentes. A culpa, nesse caso (e o exemplo da lei das patentes serve perfeitamente para ilustrar o que digo), caberá ao Congresso, que não se reúne.

O sistema de poder existente no Congresso (o dos líderes) e os “inferninhos” dos 584 membros da Câmara e do Senado correspondem quase como cópia de papel carbono (apagada, a bem da verdade analítica) ao que existe na sociedade. Para falar com o empresariado, quem se deve procurar? A CNI, a Fiesp ou o Pensamento Nacional das Bases Empresariais? E com os metalúrgicos? Se do ABC, a CUT; se for com os que estão do lado de cá da linha geodésica que separa o município de São Paulo dos do ABC, com a Força Sindical, ou com a CGT. E com os “sem terra”? Com a Pastoral da Terra, a Contag, a CUT, o PT ou a organização própria que eles criaram? As diferentes e às vezes adversá-

rias “corporações” em que se divide a sociedade refletem-se na fragmentação no Congresso; refletem-se de tal forma que é possível, como li outro dia, que o único deputado de um partido político, o PS-TU, possa ir falar sobre o futuro da Engesa com o ministro do Exército, porque representa (sim ou não, é outro problema) os trabalhadores da empresa. É essa correspondência da fragmentação da sociedade com a fragmentação do Congresso que

impede que algum partido político possa apresentar um projeto que seja *nacional*. Desse fato, todos têm consciência mesmo que imperfeita: quando o debate é livre de preconceitos ideológicos, que é que todos reclamam? Um projeto nacional.

A fragmentação impede que se tenha uma visão clara do que deva ser o Estado brasileiro daqui para a frente: de como deve inserir-se no mundo, a começar na América Latina; de como devem ser as relações desse “ectoplasma”, como o defino às vezes, com a sociedade como um todo, com os diversos grupos sociais, com os indivíduos. O trabalho de Hércules que resta a ser feito é por sobre essa fragmentação fundar “uma classe dirigente” (isto é, um Estado), o que equivale a criar uma concepção geral do mundo. É um trabalho reservado aos “intelectuais”, às elites.



■ Oliveira S. Ferreira é diretor do “Estado”

Cada deputado e senador é líder de si próprio e estabelece seu “inferninho” particular